

# Índios são 220 mil e ocupam 10% do território brasileiro

BRASÍLIA — Vivem no Brasil 220 mil índios espalhados em 230 tribos, dos quais 60 por cento (cerca de 130 mil) na região Norte. Eles ocupam uma área de aproximadamente 82 milhões de hectares (dez por cento do território nacional), embora menos de 30 milhões de hectares estejam demarcados. O Amazonas é o Estado de maior população indígena: 60 mil, vivendo em 40 milhões de hectares (só dois milhões demarcados).

Criada em 1967, a Funai exerceu uma tutela considerada excessivamente paternalista até o ano passado, quando o atual Presidente, Romero Jucá, assumiu o cargo e decidiu descentralizar o órgão, criando superintendências regionais e permitindo que os índios saíssem de suas aldeias desnecessariamente para solicitar dinheiro em Brasília.

Com essa descentralização, acabaram-se abusos até então incorporados à vida da Funai como fatos comuns. Os índios Xavantes (MT), por exemplo, estavam habituados a ir a Brasília pedir verba para os mais diversos fins. No ano passado, uma semana após o anúncio do Plano Cruzado I, o cacique Celestino chegou na capital federal e, demons-

trando conhecer perfeitamente as medidas econômicas, solicitou, em cruzados, 20 milhões e três passagens de avião ir com os filhos passear em São Paulo e no Rio.

Havia pedido de todo tipo. O ex-Presidente da Funai, Apoena Melreles — que denunciou a existência de "profissionais do índio", ou seja, pessoas encarregadas de manipular os silvicultores — disse que alguns caciques chegaram a pedir indenização pelo tempo em que exerceram a liderança em suas aldeias.

Para corrigir algumas distorções na legislação que rege a política indígena, acreditava-se que a Constituinte iria promover debates sobre diversos temas ligados à causa. Mas isso não aconteceu. Ao contrário, o problema indígena não despertou entre os constituintes o interesse previsto pela própria Funai. As poucas propostas de emendas apresentadas

referem-se quase exclusivamente a questões ligadas à exploração do subsolo de áreas indígenas, eventual criação de nações indígenas e extensões de reservas. Questões ligadas à responsabilidade civil dos índios aculturados, por exemplo, ficaram para ser debatidas no momento de se elaborar a legislação ordinária.

Dentro da própria Funai há os que defendem mudanças no Estatuto do Índio, sob a alegação de que não se pode tratar igualmente pessoas desiguais — como o cacique Raoni, do Xingu, e o índio Marcos Terena, que assessora o Ministro da Cultura, Celso Furtado.

Na verdade, existem índios ainda arredios — sobretudo na Amazônia — e ao mesmo tempo há tribos em que o cacique tem avião bimotor, como o cacique Pombo, da aldeia Caia-pó, no Pará. Outras dispõem de alta tecnologia, como a dos índios Goroti-

re (PA), que tem videocassete, gravador e televisão.

O próximo passo da Funai na organização de sua estrutura será regulamentar a entrada e permanência de missões religiosas em áreas indígenas. Ao assumir, Jucá disse ter verificado problemas graves, como a deterioração cultural das comunidades. De acordo com os dados do órgão, existem atualmente 90 missões de várias religiões atuando em todo o País junto a cerca de cem mil índios.

Algumas missões foram denunciadas à Funai, acusadas de vínculos com empresas multinacionais ou com departamentos de espionagem, envolvendo contrabando de pedras preciosas, minerais estratégicos e outros atos ilegais, inclusive tráfico de drogas.

Para agravar o problema, 30 mil garimpeiros atuam ilegalmente em áreas indígenas do Norte do País,

sobretudo em Roraima e no Amazonas. Como, pelo Estatuto do Índio, a garimpagem é atividade proibida para não-índios dentro das reservas, não se conhece a quantidade de ouro que tem sido retirada nem a forma de comercialização.

Nas áreas indígenas existem minérios (sobretudo ouro, estanho e cassiterita nas reservas do Norte), madeiras nobres (especialmente mogno, cedro e cerejeira no Pará, Rondônia e Acre) e borracha (explorada em todo o Norte, em especial no Acre).

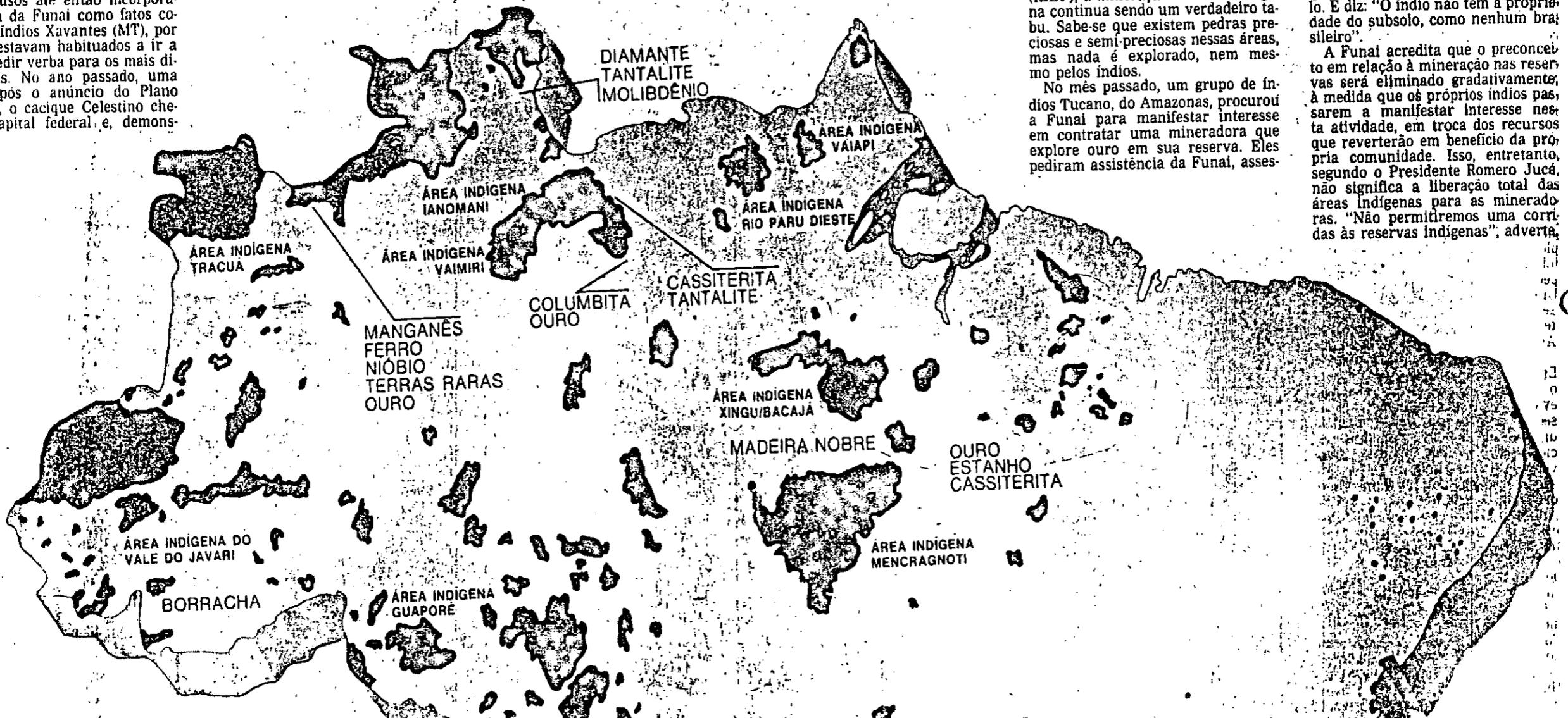
Enquanto a exploração da borracha pelos índios começa a ser feita de forma mais sofisticada, com a instalação da primeira mini-usina de processamento de látex (pelos índios Munduru, no Pará) e a exploração da madeira já é realizada através de contratos com madeiras em OTN, com intermediação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), a mineração em área indígena continua sendo um verdadeiro tabu. Sabe-se que existem pedras preciosas e semi-preciosas nessas áreas, mas nada é explorado, nem mesmo pelos índios.

No mês passado, um grupo de índios Tucano, do Amazonas, procurou a Funai para manifestar interesse em contratar uma mineradora que explore ouro em sua reserva. Eles pediram assistência da Funai, asses-

soria para a redação do contrato e acompanhamento na parte financeira. Tudo foi acertado, mas o assunto morreu no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), porque o Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, suspendeu a concessão de alvarás para mineração em áreas indígenas, até que a Assembléia Constituinte defina a questão.

Segundo o ex-Deputado João Batista Fagundes (PMDB-RO), não existe qualquer impedimento legal, ou constitucional para a exploração de recursos minerais em reservas indígenas, porque o Estatuto do Índio prevê o usufruto exclusivo do solo, fauna, flora e recursos naturais, como rios, lagos, mananciais e outros. Por isso, o ex-Deputado contesta os antropólogos, "burocratas da Funai, missionários religiosos, verdadeiros ou falsos" que afirmam que o índio tem direito exclusivo ao uso das riquezas naturais, inclusive do subsolo. E diz: "O índio não tem a propriedade do subsolo, como nenhum brasileiro".

A Funai acredita que o preconceito em relação à mineração nas reservas será eliminado gradativamente, à medida que os próprios índios passarem a manifestar interesse nesta atividade, em troca dos recursos que reverterão em benefício da própria comunidade. Isso, entretanto, segundo o Presidente Romero Jucá, não significa a liberação total das áreas indígenas para as mineradoras. "Não permitiremos uma corrida às reservas indígenas", advertiu.



# Espinha dorsal da Calha Norte é formada por 22 campos de pouso e oito pelotões de fronteira na Amazônia

BRASÍLIA — Vinte e dois campos de pouso de até 1.200 metros formam a espinha dorsal do Projeto Calha Norte, um programa estabelecido pelo Conselho de Segurança Nacional para, até o final deste ano, ocupar com a menor presença militar possível oito mil quilômetros de fronteiras do Brasil. Estes campos apoiarão oito pelotões de fronteira, espalhados na Região da Cabeça do Cachorro, no Alto Rio Negro e no Território de Roraima.

Numa segunda fase, pelotões serão instalados no Norte do Pará e no Amapá. Na fase máxima, a Calha Norte ocupará 800 homens, divididos em dois batalhões sediados em São Gabriel da Cachoeira e em Marabá, no Amazonas e no Pará. Dos oito pelotões, cinco ficarão nas proximidades da Reserva Yanomami, para proteger a tribo, a mais primitiva de as nações indígenas brasileiras. Atualmente, a área sofre o assédio de garimpeiros, que além de atacarem os índios, exploram de maneira predatória os recursos da Região.

A presença dos pelotões foi solicitada pela própria Funai, atuante na elaboração do Projeto. Ela, por conta deste programa, ganhará 16 aeroportos de apoio às reservas indígenas, todos aptos a receberem aparelhos C-130 e Hércules, da Força Aérea Brasileira, capazes de carregar 30 toneladas de viveres em cada viagem.

O Programa também visa o controle do contrabando de metais nobres e minerais raros através dos rios. Cada pelotão ficará sediado em um ponto estratégico, que permitirá controlar a evasão de riquezas. Essa

presença poderá também inibir a introdução de tóxicos através da fronteira Norte, principalmente na altura da Cabeça do Cachorro, onde o Brasil faz divisa com Peru, Colômbia e Venezuela.

As pistas de pouso, de terra batida, custarão cerca de CZ\$ 1 milhão cada, segundo dados oficiais. Neste total não está incluído o transporte da maquinaria, por helicóptero ou avião, quando o transporte pelo rio é inviável.

Além das pistas de pouso, os pelotões de fronteira serão apoiados por pequenos portos para desembarque de carga mais pesada. Cada um deles terá um médico e um enfermeiro para tratar os militares e os habitantes dos arredores, incluindo os indígenas. O garimpo não será permitido na área de influência dos pelotões.



Lisio (de óculos) com a família. Ele é vereador em Aquidauana



Cantídio, pai de Lisio, dá aulas para preservar as tradições de sua tribo

## BRASIL DO ÍNDIO

TRIBO .....	230
POPULAÇÃO.....	220.000
ÁREA.....	82 MILHÕES DE HECTARES, CERCA DE 10 POR CENTO DO TERRITÓRIO NACIONAL



As duas terenas da família Lili são da fase pioneira do Lar União

## Para terenas, a emancipação é ficar sem terra

AQUIDAUANA, MS — A emancipação dos índios tutelados pelo Governo Federal não é aspiração unânime dos 5 mil índios que, de alguma forma, são independentes social e economicamente no Mato Grosso do Sul, onde existem cerca de 30 mil aldeados.

Alguns deles, hoje, são advogados, engenheiros, professores, pedreiros, carpinteiros, agricultores e até políticos, como Lisio Lili, ex-delegado Regional da Funai no Estado e vereador do PFL em Aquidauana, berço de sua tribo terena, que vive hoje na aldeia do Bananal.

Lisio acredita que a única desvantagem de ser tutelado é não poder formar lideranças capazes de lutar pelos maiores anseios da comunidade, ou seja, a defesa e a preservação da cultura indígena.

— Sempre que arguemos uma bandeira nesse sentido — explicou — a Funai mostra o cartão vermelho: "Vocês estão ficando muito espertos. Serão todos emancipados". O terena disse que "emancipação para a grande maioria dos índios significa ficar

sem terras para viver, sem financiamentos à produção agrícola, que hoje tem algum peso na economia de Mato Grosso do Sul e ficar submisso às leis dos brancos".

Lisio lembra a história de um antepassado, o avô Kaiyane, cacique da tribo que, em 1947, com o fruto da venda de reses comprou 4 hectares de terra em Miranda para formar o Lar União. Este núcleo foi constituído junto com outro cacique dos terena, Malhasol, num total de oito famílias.

— Foi o grito de independência do SPI (Serviço de Proteção aos Índios), pela primeira vez na história dos terena, pois a partir daí não dependiam mais da tutela. Conseguiram as próprias terras, devidamente escrituradas, como fazem os brancos — conta Lisio.

No local, vivem hoje 40 famílias, ocupadas na produção de pequenos animais, ovos, legumes, verduras, doces caseiros, frutas, cereais, arroz e feijão, para consumo próprio.

Pioneiro do Lar União, Cantídio Lili, 78 anos, pai de Lisio e funcioná-

rio da Prefeitura de Aquidauana, acredita que somente um *ipuhononeo koti* (acerto de contas) poderá definir o que é ou não ser tutelado pela Funai.

— Está tudo igual — comentou — como era há 50 anos. Naquela época, os terena eram explorados pelo SPI. Cantídio conta que os funcionários vendiam ferramentas agrícolas, mantimentos, arames, arados, tudo que o SPI mandava do Rio de Janeiro para os índios.

Para preservar as tradições da tribo, Lisio Lili está implantando em Aquidauana, um centro regional de defesa da cultura indígena: "Precisamos da cultura branca, para desenvolver a nossa raiz. É importante que cada índio sobreviva. No Mato Grosso do Sul, há 30 mil índios aldeados e já que a integração brancos e índios é inevitável, o objetivo é conseguir essa integração, sem prejudicar a cultura indígena.

Entretanto, assim não pensa o engenheiro Evódio Vargas, índio kaio-wa, que é diretor de uma construto-

ra em Campo Grande. Ele acha que a emancipação é questão psicológica; pois influi na vida normal do índio.

— Tenho toda a documentação de um cidadão comum. Pago impostos, sou brasileiro, servi ao Exército, sou casado, tenho filhos, moro na cidade. Bem, nada é diferente dos brancos, nem mesmo estou gozando dos benefícios do Estatuto do Índio. Por exemplo, se cometer um crime, terei que responder na Justiça comum, devido ao meu grau intelectual. Assim, está a emancipação, como sou formado, sou responsável como no mundo dos brancos.

Opinião semelhante tem o guarani, advogado, Joel de Oliveira.

— Não existe esse fantasma da emancipação. Quem se esforçar, estudar, crescer economicamente, passa a ser branco, como temos centenas de exemplos. Acho ótima a tutela da Funai para os índios ainda não socializados, eles realmente não têm defesas contra a malícia e a maldade dos brancos. Os índios mais espertos não precisam desse apoio e procuram ser independentes".